



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

GESTÃO UNIVERSITÁRIA PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: TERMOS DO DEBATE E ALUSÃO A UMA EXPERIÊNCIA EM SANTA CATARINA (BRASIL)

Hoyêdo Nunes Lins

Universidade Federal de Santa Catarina
hoyedo.lins@ufsc.br

Resumo

A promoção do desenvolvimento tem canalizado muitos esforços e exibido distintas abordagens, sobretudo na escala das regiões subnacionais e localidades. As instituições sempre participaram desses processos, destacando-se as universidades pelo seu papel educacional e na produção e difusão de conhecimento. A globalização, com seus desafios, ampliou sobremaneira a importância da aprendizagem e da inovação para o desenvolvimento, aumentando ainda mais a relevância da universidade. Baseado em pesquisa bibliográfica e documental, este artigo discorre sobre a necessidade de uma gestão universitária sintonizada com as exigências desse contexto, mirando-se uma efetiva participação da universidade no desenvolvimento local ou regional. Argumenta-se que uma gestão nesses termos deve favorecer o “alcance” do entorno territorial pelas atividades universitárias, sobretudo em pesquisa. Esse transbordamento há de transferir conhecimento, estimular a aprendizagem e a inovação no setor produtivo e ajudar a resolver problemas concretos da sociedade. O envolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina com o cultivo de moluscos no litoral desse estado representa projeção universitária digna de nota na sociedade regional e sugere uma gestão bem sintonizada, nesse caso, com essa intenção.

Palavras chave

Desenvolvimento local-regional; “Alcance” da sociedade territorial pela universidade; Gestão universitária para o desenvolvimento

Introdução

Este artigo contém uma reflexão sobre o papel da universidade no desenvolvimento econômico e social. O foco é a dimensão territorial (local, regional) desse desenvolvimento, escala privilegiada na abordagem de questões cruciais da economia e da sociedade em período da trajetória do capitalismo no qual os processos de aprendizagem e inovação exibem, talvez como nunca antes, uma importância crucial. O objetivo amplo é argumentar pela necessidade de uma gestão universitária compatível com a função de coadjuvante nesse desenvolvimento.

Inicia-se com algumas considerações sobre o desenvolvimento socioeconômico. Depois, aborda-se a sua dimensão espacial, destacando paradigmas analíticos e ações de

políticas correspondentes. A terceira parte ocupa-se da universidade como vetor de promoção do desenvolvimento em escala territorial. Na quarta, o olhar dirige-se ao problema da gestão universitária voltada ao engajamento institucional no estímulo e apoio ao desenvolvimento nessa esfera. A última seção antes das considerações finais apresenta brevemente uma experiência sul-brasileira de interação universidade-socioeconomia local cujos resultados permitem aludir ao desenvolvimento nesse plano: a participação da Universidade Federal de Santa Catarina no surgimento e desenvolvimento da maricultura nesse estado.

1. Desenvolvimento socioeconômico

Poucos termos aparecem mais do que “desenvolvimento” nos debates sobre a vida social. Tem sido assim, pelo menos, desde o rescaldo da Segunda Guerra Mundial. A partir de então, embalado até pelos processos de libertação nacional e seus desdobramentos (na África, na Ásia), o desenvolvimento nacional ganhou *status* de palavra de ordem e se tornou um integrante maior (em vários casos o destaque supremo) das agendas públicas em diferentes países (WALLERSTEIN, 2002). Mas essa trajetória não deixou de exibir controvérsias, ligadas ao próprio sentido da expressão e aos mecanismos postos em prática no intuito de alcançar situação compatível com a ideia de desenvolvimento socioeconômico.

Nos anos 1950 e 1960, esse desenvolvimento significava praticamente o mesmo que expansão industrial. As referências básicas, para países externos ao centro do capitalismo mundial, eram as experiências históricas dos Estados Unidos e de territórios do Noroeste da Europa (Grã-Bretanha, França, Alemanha). O progresso material na direção percorrida por essa parte do Ocidente, avançando no padrão de consumo e também no tocante à urbanização, representou o foco principal das correspondentes iniciativas de política em muitos Estados. Atrair investimentos estrangeiros figurou no centro das ações tidas como estratégicas, pois a deflagração do crescimento industrial e a dinamização de atividades dessa natureza haveriam de propiciar resultados no rumo contemplado.

Décadas depois, já quase na aurora do século XXI, a paisagem dominante na periferia e na semiperiferia do capitalismo era em geral desoladora, a ponto de inspirar análises como as de livro sugestivamente intitulado “A ilusão do desenvolvimento” (ARRIGHI, 1997). A produção industrial irradiara-se mundialmente, mas as condições econômicas em numerosos países latinoamericanos, africanos e asiáticos não tinham se alterado no essencial, frustrando não poucas previsões otimistas. E muito menos se observaram, mesmo quando algum impulso produtivo logrou se enraizar, encadeamentos vigorosos de efeitos e reflexos no plano social, com efetiva diminuição da pobreza e multiplicação das oportunidades.

No que concerne ao envolvimento em processos econômicos de grande amplitude, sentido básico da atração de investimentos representativos de inserção internacional em termos produtivos e comerciais, a questão da busca do desenvolvimento não se resumia – tornou-se crescentemente claro – à hospedagem de atividades industriais, pura e simplesmente. A perspectiva analítica das cadeias globais, inicialmente nas abordagens sobre o chamado sistema-mundo e depois “aclimatada” para narrativas sobre a globalização – ganhando visibilidade as expressões “cadeias globais de mercadorias” e “cadeias globais de valor” (BAIR, 2005) –, chama a atenção para este aspecto central: o que deve ser considerado é o “[...] modo como firmas, países e regiões participam do processo global de produção e troca” (KAPLINSKY, 2000, p. 6). Ora, o quadro vigente durante anos sequer autoriza cogitar que existe tendência de aproximação dos países mais pobres à situação dos mais ricos.

Nas últimas décadas do século XX, ganhou terreno em várias análises a exploração de vínculos entre desenvolvimento e inovação, concedendo destaque para aspectos que transcendem em muito a simples presença de atividades industriais. A matriz, sem margem à dúvida, é *schumpeteriana* e vem da década de 1930: em livro concebido para explicar o

desenvolvimento econômico, Schumpeter (1988, p.48) assinala que este, no sentido que o autor considera, define-se “[...] pela realização de novas combinações”, uma postulação seguida no texto por cinco formas de inovação, indicativas do escopo do conceito.

Sobre essa base foram erigidas e ganharam prestígio abordagens *neo-schumpeterianas*, com praticamente tantas nuances quantos são os pesquisadores (ou grupos de pesquisadores) implicados na agenda geral. Generalizações, nesta seara como em outras, costumam representar riscos, mas não parece inadequado consignar que dois enfoques principais tomaram corpo sob o signo do pensamento dito *neo-schumpeteriano*. Um refere-se à análise “evolucionista”, com realce para as contribuições de um autor como Nelson (1994), o outro, ao estudo dos “paradigmas e trajetórias tecnológicos”, despontando, por exemplo, Dosi (1988). Aprendizagem, conhecimento (tácito e codificado), desempenho institucional e inovações são expressões de intensa utilização nos respectivos estudos, associados à problemática da competitividade e, quase que por extensão, à do desenvolvimento econômico.

Mais recentemente, na década de 1990, a ênfase na inovação apareceu com força nas discussões em termos de *learning economy*, isto é, “[...] uma economia em que a habilidade para aprender é crucial para o sucesso econômico [...]” (LUNDVALL; BORRÁS, 1997, p. 35). O marco era a globalização, com desafios e oportunidades que exacerbam a importância dos processos de inovação e, por conseguinte, amplificam a relevância da aprendizagem, associada “[...] à construção de novas competências e ao estabelecimento de novas habilidades [...]” (*Ibid.*, p. 35). Com efeito, a dinâmica da aprendizagem e o fortalecimento e circulação do conhecimento representam, por assim dizer, o leito por onde corre a água rumo ao moinho da inovação.

O sentido de desenvolvimento econômico incrustado nas várias formas de referir ao problema – e o que se tangenciou anteriormente corresponde só a algumas delas – influenciou sobremaneira a formulação de políticas. Nas décadas de 1950 e 1960, as medidas geralmente se caracterizavam pelo forte interesse na atração de investimentos externos – em grande medida consubstanciados nos movimentos de empresas transnacionais –, entendidos como capazes de “inocular”, de algum modo, o dinamismo industrial em países e regiões. Nos anos 1980 e principalmente nos 1990, e daí em diante, os estímulos aos “sistemas de inovação”, no plano nacional ou regional, passaram a ocupar o centro da cena em várias experiências.

2. Desenvolvimento com dimensão espacial

À medida que o paradigma do desenvolvimento nacional conquistava os discursos (acadêmicos ou não) e práticas (governamentais), sua dimensão geográfica, em distintas escalas (regional, local) no interior dos territórios nacionais, crescia em interesse analítico e em apelo político e social. Desde o final da Segunda Grande Guerra, “[...] país após país descobre que a dimensão regional de seus problemas de emprego e renda possui importância fundamental” (BROOKFIELD, 1981, p. 85). O resultado, segundo Friedmann (1966, p. 5), foi um “[...] súbito despertar para a dimensão espacial do desenvolvimento”.

As políticas de apoio e fomento logo incorporaram essa dimensão. De um lado, porque cresceu a convicção de que alcançar objetivos nacionais de desenvolvimento envolvia adotar enfoques regionais, explorando os atributos e possibilidades dos territórios dos países (FRIEDMANN, 1966; STILWELL, 1978). De outro lado, devido ao entendimento segundo o qual as desigualdades socioespaciais, em especial o seu agravamento, representariam riscos à unidade nacional e à coesão social (JOHNSTON, 1986), uma questão destacada em abordagens sobre movimentos políticos de base territorial traduzidos no *regionalismo* (MARKUSEN, 1981). Assim, se em nível nacional a promoção do desenvolvimento, nos países externos ao centro do capitalismo, visava sobretudo diminuir a distância em relação ao

mundo mais rico – no que respeita ao dinamismo econômico e ao progresso material –, em termos subnacionais o alvo era a tentativa de reduzir desigualdades entre locais e regiões.

Uma teoria e um instrumento atingiram condição paradigmática relativamente a esse assunto nos anos 1960 e 1970. A teoria do desenvolvimento regional polarizado e a criação de polos de crescimento, caudatárias, antes de tudo, do pensamento de Perroux (1967), fincaram duradouras raízes. Mostrou-se eloquente o conteúdo de uma das suas noções centrais: indústria motriz. Em sintonia com o espírito do tempo, era de impulsionar a atividade industrial em alguns lugares que se tratava, na expectativa de que se produzissem efeitos de encadeamento e multiplicadores, capazes de propagar (centrifugamente) o crescimento econômico. Esperava-se que essa irradiação resultasse em mudanças estruturais nas regiões, com elevação da capacidade de inovar (uma clara inspiração *schumpeteriana* incrustada no enfoque), o que faria dos polos de crescimento, a rigor, polos de desenvolvimento.

Mais recentemente, a partir da década de 1980 e com vigor crescente desde então, a atenção voltou-se às aglomerações produtivas especializadas. O contexto, relativamente à forma de produzir, era de importantes mudanças tecnológicas (ligadas à “revolução” da microeletrônica), vetores de inovações também organizacionais, além das incidentes em produtos e processos. A regra do jogo atendia pelo nome de flexibilidade, tanto nas rotinas produtivas, objetivando fazer frente à volatilidade dos mercados, como nas relações entre firmas e nos vínculos entre estas e a força de trabalho, o todo compondo ambiente propício ao envolvimento mais intenso das empresas de menor porte na dinâmica industrial. Harvey (1993) situou esse quadro na transição para o que chamou de regime de *acumulação flexível* de capital, abarcando vários outros aspectos da vida social, entre eles a própria forma de atuação do Estado, que teve descentralizadas (sobretudo territorialmente) diversas de suas funções, com realce para as de promoção do desenvolvimento.

Diferentemente do paradigma permeado pela ideia de desenvolvimento polarizado, operacionalizada por estratégias de criação de polos de crescimento – em que os impulsos (pelo menos iniciais) à dinamização viriam de fora dos espaços objeto das políticas, por investimentos de origem extra-local –, no novo contexto o foco é, basicamente, a valorização dos atributos dos lugares (numa lógica, pode-se dizer mesmo que cautelosamente, endógena). Entende-se que aglomerações industriais com maior ou menor nível de especialização produtiva, principalmente na forma de *clusters* ou distritos, por exemplo, são construções históricas e, em diversos casos, exibem perfis socioculturais definidos (BECCATINI, 1992). O conhecimento tácito presente resulta de sedimentação ao longo do tempo, perpassando gerações de atores sociais, e se revela como um aspecto da territorialidade ou uma “especificidade” socioterritorial. Impregnado nos ambientes produtivos e fator de diferenciação, esse conhecimento – um atributo do território – constitui, assim, um importante esteio da competitividade local ou regional (MASKELL; MALMBERG, 1999).

Essa escala de promoção do desenvolvimento com dimensão espacial é especialmente realçada no marco da *learning economy*, conforme abordagem anteriormente referida. Reconhece-se nesse debate, de fato, que “[...] território e proximidade desempenham um papel central na gênese do conhecimento tácito e na capacidade de explorá-lo” (LUNDVALL; BORRÁS, 1997, p. 39). Quase como decorrência, ganham força as postulações sobre a grande importância do nível local ou regional para os processos de inovação. Para Sweeney (1995, p. 35), por exemplo, a “[...] inovação é um fenômeno local/regional e os sistemas de inovação mais eficientes, dinâmicos e empreendedores são regionais [...]”. Aspectos como proximidade, favorecendo e estimulando frequentes e intensos contatos face a face, figuram com destaque nessas análises. Considera-se, com efeito, que a atuação das firmas em meios onde há concentração de P&D, mão de obra qualificada e atividades da ciência básica, entre outras características, e onde ocorre difusão de conhecimento impulsionada por *spillovers*,

tende a favorecer-lhes o desempenho inovador e geralmente resulta em maior dinamismo das aglomerações (AUDRETSCH; FELDMAN, 1996).

Criar, fortalecer ou ampliar as condições mais propícias à difusão do conhecimento, à aprendizagem coletiva e aos processos de inovação em nível local e regional situam-se no centro das políticas de promoção do desenvolvimento desenhadas para as aglomerações produtivas. Parece ampla a compreensão de que é crucial garantir, como assinala Morgan (1997, p. 496), a “[...] qualidade dos vínculos e a presença de sinergia local [...]”. Em boa medida, isso implica inocular ou fortalecer o entendimento – acompanhado das correspondentes liturgias – de que as interações cooperativas são fundamentais, sobretudo envolvendo as empresas, mas também entre estas e os integrantes do tecido institucional. Afinal, conforme destacado por Foray (1991, p. 404), os diferentes modos de cooperação “[...] constituem o princípio básico de organização e funcionamento das firmas inovadoras.”

3. Universidade, vetor de promoção do desenvolvimento

Nas abordagens sobre o desenvolvimento local ou regional que privilegiam os processos de aprendizagem, a difusão de conhecimento e a dinâmica da inovação, atribui-se importância particular ao tecido institucional. Não que outros enfoques não deem destaque ao papel das instituições ou, mais precisamente, às interações destas com o tecido produtivo. Mas é quando se fala em *clusters* e distritos industriais e, ainda mais, quando se perscrutam, conforme Morgan (1997) e outros autores, os contornos de *learning regions* (em derivação analítica da *learning economy*, já referida), que se mostra essencial considerar as instituições.

O motivo é que a configuração institucional (combinando esferas públicas e privadas, formais e informais) tende a constituir o alicerce básico da aprendizagem e da inovação, de importância estratégica em face dos imperativos da globalização, como assinalado. Como o perfil e a vitalidade do tecido institucional são determinantes para tal função, é necessário levá-los em conta nas abordagens do desenvolvimento local ou regional. Cabe dizer o mesmo, por serem questões interligadas, sobre o papel institucional especificamente voltado ao encorajamento e apoio do tipo de prática que subjaz àqueles processos e lhes outorga fluidez: a cooperação entre os agentes. Em análises escoradas na noção de *learning region*, de fato,

Ênfase considerável é colocada no papel central das estruturas institucionais regionais, que permitem às regiões (e às firmas no seu interior) se ajustarem às mudanças no mercado, antecipando-se e moldando-se. Inovação e criação de conhecimento são vistas como processos interativos plasmados por um variado repertório de rotinas institucionais e convenções sociais. Isso envolve não simplesmente vínculos colaborativos entre as empresas, mas também entre firmas, Estado (local) e instituições da sociedade civil [...] (HUDSON, 1999, p. 64).

Entre as instituições cujas atividades concorrem para os processos de aprendizagem, a difusão do conhecimento e a inovação, em diferentes escalas geográficas, mas notadamente no âmbito local e regional, a universidade é das que ostentam maior destaque. A sua natureza é, sem dúvida, a razão central. Embora sejam heterogêneas as posições teóricas presentes no respectivo debate (GODIN; GINGRAS, 2000), normalmente se reconhece que, pelo fato de integrar o sistema de produção de conhecimento, essa instituição é capaz de desempenhar funções estratégicas perante as “exigências” da globalização. Naturalmente, as relações entre a instituição universitária e o tecido produtivo situam-se no centro do problema.

A perspectiva analítica da Hélice Tripla incorpora e reverbera esse entendimento sobre o papel contemporâneo da universidade. O âmago da abordagem é o conjunto de vínculos surgidos em arranjos institucionais implicando indústria, governo e universidade, merecendo realce a interpenetração dessas esferas, pelo surgimento de organismos híbridos (LEYDESDORFF; ETZKOWITZ, 1998). A análise focaliza a situação de ambientes férteis às inovações, contendo empresas surgidas como *spin-offs* de universidades, interações entre

firmas de diferentes tamanhos, áreas de atuação e tipos/níveis de capacitação, estruturas tecnológicas governamentais e pesquisa acadêmica relevante. Com relação à universidade, especificamente, a expectativa é pelo desempenho de um papel mais forte e consequente no que concerne à dinâmica da inovação, uma orientação fundamental em sociedades cada vez mais baseadas em conhecimento (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000).

De certo modo, esse caminho representa alguma mudança no tradicional papel da universidade. Formar pessoas, na mais ampla acepção do termo, educando-as e capacitando-as para aprender continuamente, permanece uma atribuição central. Mas cresce, em algumas realidades nacionais e regionais de uma maneira mais intensa e precoce do que em outras, a função econômica institucionalizada da universidade, envolvendo diferenciação progressiva entre ensino e pesquisa. Assinale-se que isso reflete fortes pressões por adaptação, uma coerção provocada, amplamente falando, “[...] pela emergência de novas relações entre dinâmica econômica e produção de conhecimento e por iniciativas de política e administrativas que buscam a sua [própria] lógica em interpretações dessas mudanças” (LUNDVALL, 2002, p. 1). Seja como for, Leydesdorff e Etzkowitz (1996) veem nesse movimento da universidade nada menos que uma nova revolução acadêmica.

Ao mesmo tempo em que as universidades “[...] não estão mais simplesmente envolvidas em produzir e oferecer conhecimento por meio da educação e da pesquisa, [...] também se tornam crescentemente implicadas no desenvolvimento regional” (LINDQVIST, 2012, S.p). Essas instituições devem sobressair, de fato, em quaisquer projetos de promoção do desenvolvimento nessa escala, concebidos e implantados no marco da já assinalada descentralização das funções do Estado (BOISIER, 1996). O contexto geral das últimas décadas tanto propicia quanto impulsiona as ações da instituição universitária nesse sentido.

A crescente importância do nível subnacional em termos econômicos e políticos dá um foco territorial ao novo papel da universidade [...] Há uma maior ênfase na sua contribuição para a competitividade via canalização do benefício econômico prestado pela ciência e tecnologia, no que a escala subnacional exerce um importante papel. (HARLOE; PERRY, 2004, p 216).

Constitui elemento chave nesse processo a projeção extramuros da universidade, mediante atividades de extensão cada vez mais frequentes e intensas (ao lado da educação e da pesquisa). Esse prolongamento da atuação universitária espelha, pois representa em grande medida reação, o crescimento das demandas sociais pelo envolvimento dessa instituição em práticas de colaboração externa, como assinala Sicsú (1997). Essas experiências têm naturezas diversas, segundo observado em distintas situações. Com maiores consequências para o desenvolvimento local ou regional, considerando-se os reflexos econômicos diretos, vale referir às que se traduzem em “[...] investimentos de capital, influenciando o *milieu* regional, criação de capital humano e conhecimento, transferência de conhecimento existente, inovação tecnológica, liderança regional e produção de infraestrutura de conhecimento” (LINDQVIST, 2012, S.p.)

Parte importante desse universo diz respeito às relações universidade-empresa ou, em termos mais gerais, entre universidade e tecido produtivo. Em diferentes países esses vínculos tornaram-se mais fortes nas últimas décadas (LINDQVIST, 2012; LUNDVALL, 2002). Também na América Latina isso aconteceu, a partir das demandas do setor produtivo, cada vez mais necessitado do conhecimento disponível nas universidades para equacionar problemas específicos. Mas as interações também decorreram do próprio funcionamento das instituições, principalmente da institucionalização de esforços de convergência protagonizados pela universidade, pelo setor produtivo e pelos governos (SUTZ, 2000).

No Brasil, os anos 1980 registraram um forte impulso nessa direção, tendo em vista conjuntura de crise que, duradoura, representou estrangulamento financeiro do setor público e redução de investimentos em C&T. A proximidade entre instituições de ensino e pesquisa e

empresas industriais tornou-se mais abrangente e intensa (BALDINI; BORGONHONI, 2007), e disseminou-se prática que traduz adequadamente essas relações do ponto de vista institucional: a incubação de empresas (VEDOVELLO; PUGA; FELIX, 2001; DINIZ; OLIVEIRA, 2006). Nos 1990, as pressões por reestruturação produtiva e maior competitividade, fruto da intensificação da concorrência ligada à abertura comercial brasileira, reforçaram a aproximação do meio empresarial com o ambiente universitário produtor de conhecimento. Procurou-se mesmo executar programas, inclusive de alcance nacional, capazes de promover articulações envolvendo não só empresas e universidades, mas também instituições governamentais.

Diferentes estudos têm repertoriado situações de diálogo entre universidade e tecido produtivo no Brasil. Entretanto, sobressaem frequentemente nas análises vários tipos de limitações e problemas que remetem a aspectos centrais do debate sobre a projeção dessa instituição na sociedade. Os contornos do diálogo extramuros e, sobretudo, o impulso à inovação são questões que sempre figuram em destaque.

Por exemplo, nos anos 1990, Brisolla *et al.* (1997, p. 203) estudaram as relações da Universidade Estadual de Campinas com diversos parceiros externos dessa instituição, e concluíram que, se a maioria dos contratos firmados era bem sucedida, a “[...] presença da Unicamp nessas parcerias [...] não decorre de iniciativa da universidade, mas reflete uma busca dos agentes externos [...]”. Na década seguinte, Garnica, Ferreira Jr. e Fonseca (2005) examinaram os motivos, fatores e resultados das relações entre setores da Universidade Estadual Paulista e o ambiente de Araraquara (SP), detectando “[...] laços estreitos de relacionamento [...], especialmente por intermédio das atividades assistenciais, da prestação de serviços e da disseminação do conhecimento [...]” (p. 4389). Mas “[...] suas contribuições para a inovação nas organizações, públicas e privadas, [...] ainda são tímidas” (*ibid.*).

De algum modo, análises individuais como essas representam detalhamento do que Suzigan e Albuquerque (2007) diagnosticaram mais amplamente no Brasil: as restrições do chamado padrão de interação universidade-empresa, ou entre universidade e tecido produtivo. De fato, é geralmente pequena a capacidade de dinamizar a economia com base em inovações incrustada nesses vínculos, sendo pontuais e bastante específicas as experiências de reconhecido sucesso. Também não faltam avaliações críticas à aproximação da instituição universitária com o meio empresarial pelo ângulo dos resultados para a primeira, em geral frustrantes quanto à expectativa dos benefícios para a pesquisa realizada na universidade (DAGNINO, 2003). Apreciações mais amplas, considerando questões de fundo, destacam o caráter “mercadorização” do conhecimento que tais parcerias estariam a representar, favorecendo e promovendo a instalação de um “modelo de capitalismo acadêmico” que não deixa de refletir na própria cultura acadêmica (SCHUGURENSKY; NAIDORF, 2004).

Reconhece-se que “[...] a tendência atual de maior ênfase à extensão universitária e de sua inserção nos principais programas de desenvolvimento regional vem ao encontro dos novos rumos do planejamento regional, em que fatores endógenos são potencializados [...]” (SICSÚ, 1997, p. 66). Mas muitas das limitações e dificuldades que cercam as interações entre universidade e tecido produtivo certamente afetam, comprometendo-lhe em maior ou menor grau, a efetiva participação dessa instituição na promoção do desenvolvimento local e regional, em diferentes contextos.

Pesquisa sobre o papel desempenhado por duas instituições de ensino superior da Região Norte do Paraná (Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina) no desenvolvimento regional captou ligação dessas instituições com problemas e interesses daquele segmento do espaço paranaense (ROLIM; SERRA, 2009). Assim, sua importância histórica para a região revelou-se irrecusável. Não obstante, os autores advertiram ser essencial um maior estímulo ao relacionamento dessas universidades com a sociedade

territorial, de modo que – numa sugestiva indicação – “[...] as restrições de ambas as partes possam ser superadas” (ROLIM; SERRA, 2009, p. 96).

Subjaz ao realce, para além do que forçou reconhecer a situação específica identificada naquela pesquisa, a percepção de que, em termos gerais, universidades e “regiões” (governos, setor produtivo) possuem objetivos diferentes e operam segundo lógicas e critérios próprios. Nas universidades do Norte do Paraná (mas isso não constitui uma exclusividade local), tal dissonância significa a existência de “[...] um grande volume de conhecimento acumulado que não consegue chegar aos potenciais utilizadores” (ROLIM; SERRA, 2009, p. 97). Daí que, apesar das parcerias existentes, muitas barreiras ainda precisariam ser derrubadas para que a referida atuação universitária pudesse de fato significar um forte e conseqüente envolvimento na promoção do desenvolvimento regional.

Na Região do Médio Paraíba Fluminense (RJ), o quadro não destoia no essencial com respeito ao Polo Universitário de Volta Redonda (PUVR-UFF), um novo *campus* da Universidade Federal Fluminense. Baseados em informações diretamente levantadas junto a gestores e pesquisadores locais, Ferreira e Leopoldi (2013) concluíram serem tímidos e incipientes os esforços protagonizados na instituição para estimular inovações e apoiar o desenvolvimento regional. Diferentes aspectos compõem o quadro de fragilidades, entre eles, e com realce, o que foi qualificado como passividade da instituição no tocante à sua aproximação seja às empresas, seja ao setor público, e mesmo à comunidade em geral.

Nas entrevistas realizadas, os autores obtiveram depoimentos sobre as razões do escasso envolvimento do *staff* acadêmico em ações de impulso à inovação e promoção do desenvolvimento regional. Foi sublinhada “[...] a ausência de um direcionamento estratégico [da instituição, algo que] dificulta a realização de atividades de interação com a sociedade” (FERREIRA; LEOPOLDI, 2013, p. 77). Por exemplo, com respeito à pesquisa realizada no PUVR-UFF, observou-se prevalecer o interesse na ciência básica, em vez da aplicada, mais propensa a lubrificar as interações com o setor produtivo em quaisquer circunstâncias. Assim, embora a própria instalação do campus no Médio Paraíba Fluminense tivesse no desenvolvimento regional um objetivo maior, o diálogo com os demais atores da região ainda permanece, conforme o estudo, um terreno a ser mais e melhor laborado.

Como se observa, na problemática geral referente ao envolvimento da universidade na promoção do desenvolvimento em escala regional ou local, é pertinente considerar a gestão universitária. Esta deve incorporar práticas (ou feixes de práticas) aptas a impulsionar e sustentar condutas condizentes com esse papel.

4. Gestão universitária para promover o desenvolvimento com dimensão espacial

Do que precede, está claro que se contempla aqui não o efeito territorial da presença de universidades traduzido, por exemplo, em compras, geração direta de emprego e renda, investimentos (construção civil, negócios) e ativação de serviços diversos. Instituições desse tipo ou desse porte, principalmente quando instaladas em cidades menores ou em regiões menos dinâmicas economicamente, tendem a produzir resultados dessa natureza quase automaticamente, como parece ocorrer com qualquer outro organismo dessa dimensão. Estudo de Hoff, Martin e Sopeña (2011) sobre a presença da Universidade Federal do Pampa em Santana do Livramento (RS) ocupa-se desse gênero de questão. Em abordagens do gênero, o foco é o que Lindqvist (2012) diz ser o “papel passivo” da universidade. Nenhuma indagação maior sobre gestão universitária permeia tais enfoques.

Interessa neste artigo a participação ativa da universidade, na forma de envolvimento consciente e engajamento estratégico, no processo de desenvolvimento em escala local ou regional. Nesse assunto, a gestão universitária pode e deve ser objeto de interpelação, pois, em termos gerais, o *modus operandi* da universidade tende a mostrar-se determinante para o

desempenho na ótica considerada. É importante assinalar, porém, que a participação dessa instituição na promoção desse desenvolvimento implica (ou representa) o encontro de duas esferas distintas e regidas por “lógicas” específicas: a própria universidade e, claro, o território (a região, o local). Aparentemente trivial, essa colocação remete a grandes desafios, incidentes no “diálogo” entre esses planos.

Tais desafios foram percebidos claramente, por exemplo, no âmbito da União Europeia (UE), às voltas com os reflexos da crise econômica surgida em 2008 e, de modo geral, com os desafios da globalização. De fato, definiu-se estratégia para impulsionar a inovação e a transferência de tecnologia através de interações envolvendo universidades, formuladores de políticas e tecidos produtivos e de negócios em geral, na escala das regiões. Logo ficou claro que os obstáculos a tal diálogo têm origens múltiplas: referem-se à própria atuação universitária, muitas vezes incapaz de “chegar” à região, e também ao ambiente regional, cujos setores privado e público podem não conseguir “alcançar” a universidade ou não ter interesse nesse envolvimento (EUROPEAN UNION, 2011).

Isso quer dizer que a participação da universidade no desenvolvimento local e regional, e os correspondentes resultados nessa direção, não depende somente da instituição universitária. A universidade deve “[...] assegurar uma ‘oferta’ de mecanismos capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento regional, [...] [o que] exige compreensão sobre a ‘demanda’ da economia por inovação e novos tipos de intervenções” (EUROPEAN UNION, 2011, p. 33). Todavia, políticas e ações restritas à própria universidade (limitadas, portanto, ao lado da “oferta”) pouco frutificam na direção contemplada, pois deixam de fora importantes “[...] aspectos subjacentes que bloqueiam a efetiva colaboração entre regiões e universidades para traduzir pesquisa e conhecimento em inovação e crescimento” (*Ibid.*).

A UE considera serem barreiras internas (erigidas na própria universidade) a essa colaboração: a falta de conexão entre pesquisa e produção/disseminação de conhecimento, de um lado, e os objetivos locais ou regionais quanto ao desenvolvimento, de outro; a escassez ou inexistência de instrumentos para um real envolvimento extramuros; pesquisas que priorizam temas para os quais é mais fácil obter recursos, em distintas fontes, mas que pouco refletem as necessidades locais; a opção de docentes e pesquisadores pelo não envolvimento no processo de desenvolvimento, preferindo um olhar distante e crítico sobre a realidade à abordagem de problemas reais e concretos; a reduzida condição para ampliar a abrangência da ação universitária e liderar processos de mudança.

As barreiras externas, situadas no lado da “demanda”, ou seja, na região, dizem respeito a, entre outras: escassa importância atribuída à universidade por agentes públicos e privados com destaque local; falta ou insuficiência de “instituições pontes” entre o meio produtivo e a universidade; restrição de capital para P&D nas empresas locais, reduzindo-lhes o interesse pelas possibilidades representadas pela universidade nesses termos; dificuldade do tecido empresarial para absorver o conhecimento gerado na universidade; deficiente comunicação com a esfera acadêmica, assim expressa pela UE: “Os setores público e privado são alienados pela linguagem acadêmica e pelos [associados] padrões de trabalho; suspeita-se das motivações das universidades e sobre estarem estas ‘na’ região mas não [serem] ‘da’ região” (EUROPEAN UNION, 2011, p. 34).

Portanto, o espaço da gestão destinada a encorajar e sustentar o envolvimento da universidade na promoção do desenvolvimento local e regional é restrito a alguns aspectos das interações entre essa instituição e o entorno socioeconômico e político. Em outras palavras, a atuação da universidade representa não mais do que parte dos fatores que podem interferir nesse desenvolvimento. Além de tudo, regiões não “existem” ou “funcionam” num vácuo de relações: a macroeconomia conta e representa muito, para o bem e para o mal, e o mesmo vale para processos que se desenrolam no plano mundial, em cenários diversos.

Pertence ao arco de providências da universidade favorecer, tanto quanto possível, a comunicação entre as atividades que desenvolve, mostrando suas potencialidades, e o ambiente territorial em que sua presença é direta. Projetar-se na comunidade significa, antes de qualquer coisa, informar sobre si. Sem que a sociedade local tenha conhecimento do que a universidade faz ou é capaz de fazer, e sem que esta identifique o que a comunidade (a região) necessita e espera das interações com o meio acadêmico, as chances de um relacionamento rico e consequente tendem a ser pequenas, se existirem.

A iniciativa pode (deve) partir da universidade, atraindo a comunidade inclusive com adaptação nas formas de comunicação dos resultados das pesquisas (a linguagem acadêmica) e com demonstração, logrando convencimento, sobre a utilidade – e o interesse para o “mundo exterior” imediato – do que é realizado pela instituição. Esse é o melhor caminho para captar as “demandas sociais”, dando à projeção (extensão) universitária um correto sentido. Adaptar-se a realidades que se modificam, incorporando novas e prementes demandas na agenda universitária de estudos e pesquisas, significa sintonia com a vida extramuros e inclinação institucional à busca de respostas para problemas reais.

Da continuidade das interações iniciadas ou impulsionadas por essa projeção, uma influência mútua em espiral pode se instalar e ganhar corpo, criando ou robustecendo as condições para diálogo com a universidade e para usufruto do seu potencial pelos agentes situados no entorno. Nesse processo, eventuais restrições ou desinteresses nos coletivos de professores e pesquisadores, no que concerne à incorporação de questões regionais nas suas atividades (docência, pesquisa), podem ser superadas na esteira de uma crescente demanda territorial pelos resultados do seu trabalho.

Isso não significa confinamento das atividades universitárias ao horizonte das necessidades e demandas locais, perdendo de vista problemas mais abrangentes e de maior alcance. Simplesmente representa avanço na absorção da dimensão territorial, ao lado de outras escalas. Diversificar a atuação representa, aliás, procedimento estratégico. Como destaca Lindqvist (2012, S.p.), “Torna-se cada vez mais importante para a gestão universitária equilibrar a demanda por uma reputação internacional por alta qualidade acadêmica em educação e pesquisa com a função de participar no empreendedorismo e em atividades de inovação regionais”.

Portanto, parece válida a postulação de que, para a universidade efetivamente contribuir para a promoção do desenvolvimento, é providência necessária desenvolver a própria gestão universitária numa direção compatível. Em diferentes casos isso há de implicar aprendizagem, pois, como assinala Glasmeier (1999), na economia moderna também as instituições, públicas ou privadas, necessitam aprender.

Uma direção de aprendizagem nesse sentido diz respeito às próprias rotinas administrativas. Melhorar os processos burocráticos e agilizar os procedimentos, diminuindo os espaços onde prevalecem os ritmos paquidérmicos nos diversos fluxos, constituem providências importantes em quaisquer circunstâncias, mas especialmente no tocante às interações entre a universidade e o tecido produtivo e institucional externo.

Outra direção refere-se ao ensino. Lundvall (2002, p. 1) considera que “[...] a mais significativa contribuição das universidades para a sociedade e a economia permanecerá tendo a forma de graduados bem educados com mentes críticas e boas habilidades para aprendizagem”. Todavia, uma melhor vinculação entre os conteúdos ensinados/estudados e a realidade imediata à qual pertence a universidade, com seus aspectos, necessidades e problemas próprios, é medida estratégica em gestão universitária interessada no desenvolvimento local e regional. A projeção na comunidade, no tocante ao ensino, há de significar percepção – com desdobramentos práticos – do que a região necessita em matéria profissional, informação que tem no acompanhamento dos egressos uma fonte qualificada.

Tudo isso certamente ressoa em criação de cursos novos e/ou adaptação de formações oferecidas, em reestruturação curricular, introduzindo conteúdos que representem proximidade aos interesses regionais (ao lado do interesse geral, fiel aos princípios universais que regem a formação universitária), e mudança em métodos de aprendizagem e procedimentos didáticos de uma forma geral. Lundvall (*ibid.*) adverte, falando amplamente, que formas tradicionais de organização dos estudos, “[...] caracterizadas por limites bem marcados e rígidos entre as disciplinas e isoladas da sociedade em geral, estão sendo desafiadas, e alternativas precisam ser desenvolvidas”. Uma gestão universitária voltada ao desenvolvimento territorial há de levar isso em consideração.

Crucial é a projeção regional para sustentar o dinamismo inovador, protagonizando transbordamento do conhecimento no sentido da difusão tecnológica. Aqui, desenvolver a comunicação é crucial numa gestão universitária moldada de acordo. Mas essa comunicação tem dois sentidos, que tendem a se complementar nos seus desdobramentos.

Comunicação, primeiramente, para evidenciar junto à comunidade a importância e o potencial da universidade em termos científicos e tecnológicos, representando capacidade para auxiliar no desenvolvimento. Isso requer competente divulgação e uma correta aproximação universidade-sociedade mediante intercâmbios bem concebidos e executados. Contudo, para que resultados importantes ocorram, é preciso, além disso, avançar em comunicação no sentido de compatibilidade entre práticas, discursos e interesses dos agentes implicados. Como assinalam Leydesdorff e Etzkowitz (1996, p. 283) sobre a interatividade em nível sistêmico, “Todos os atores e agências envolvidos [no diálogo entre universidade, indústria e governo] são reflexivos, ou seja, sempre ajustam suas posições [...]. Competências comunicativas [...] tornam-se tão importantes quanto realizações em cada [...] [esfera]”.

Problemas na comunicação vista como convergência de interesses, posturas e discursos afetam a interação da universidade com o setor produtivo e, a rigor, com vários segmentos da sociedade local, limitando a participação da primeira no desenvolvimento. Melhorar essa comunicação representa um grande desafio, como observado em diversos estudos de caso, entre eles o de Rolim e Serra (2009). Mas a tarefa é inevitável numa gestão universitária em prol do desenvolvimento. No lado da “região”, o efeito pode ser a quebra de eventuais resistências ou inibições no reconhecimento de um papel da universidade que vá além do ensino, rumo ao uso de todo o potencial associado. Pelo ângulo da instituição universitária, essa comunicação pode favorecer e estimular a inserção de questões sociais, produtivas e institucionais locais nas suas atividades de pesquisa, sinalizando um crescimento da extensão (inclusive na órbita da pós-graduação) voltada a tais interesses e problemas.

5. Universidade e desenvolvimento local: uma ilustração catarinense

Uma instrutiva ilustração de vínculos férteis entre instituições universitárias e seus ambientes imediatos concerne à decisiva participação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no florescimento da maricultura nesse estado, cujo litoral estende-se por quase 600 quilômetros e apresenta diversas localidades ligadas historicamente à pesca artesanal, um reflexo da colonização açoriana no século XVIII. Especialmente implicada foi a região de Florianópolis, capital do estado, em que desponta o cultivo de mexilhões e, principalmente, de ostras, as segundas outorgando proeminência nacional a essa área desde meados dos anos 1990.

A inovação representada por esse setor, e seu trajeto expansivo (Figura 1), é inseparável das atividades da UFSC (LINS, 2006). No início dos anos 1980, o seu Departamento de Aquicultura começou a pesquisar as chances no cultivo de ostras nativas, e a frustração orientou as atenções para a (espécie exótica) ostra do Pacífico, que se adaptou ao clima local e mostrou bom desenvolvimento em cativeiro. Paralelamente, cresceram os

estudos sobre mexilhões. Foram importantes parcerias como as ocorridas através da *Canadian International Development Agency*, do que até resultou um programa para comunidades pesqueiras pobres do Brasil aglutinando várias universidades nacionais e canadenses.

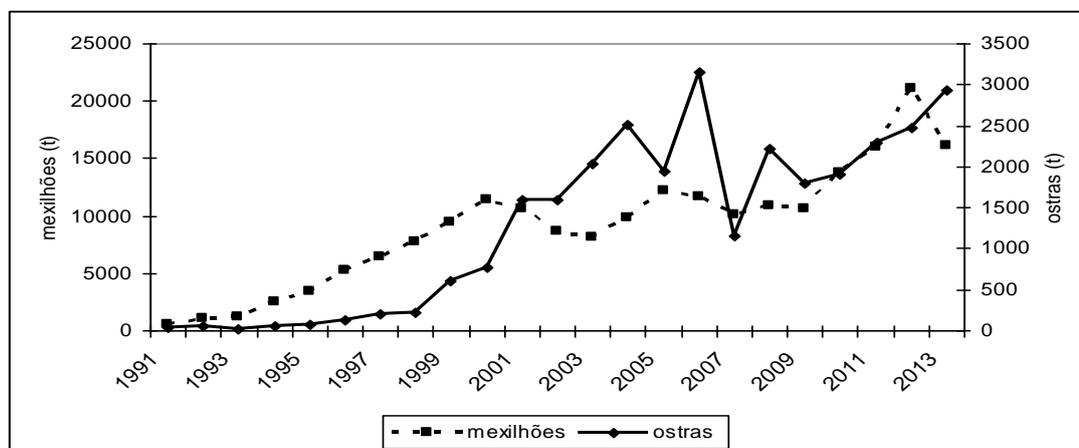


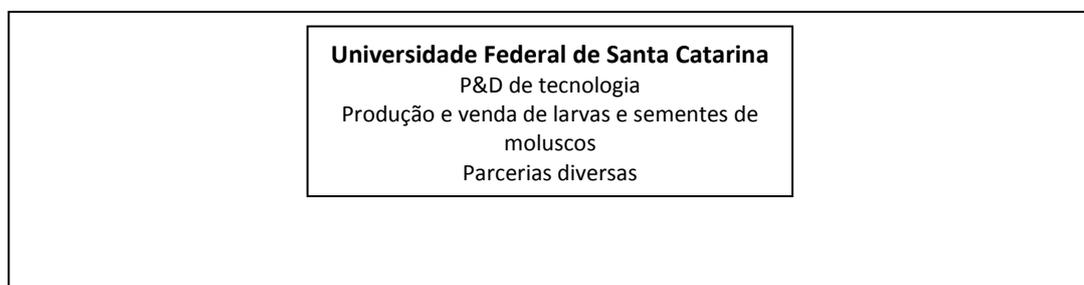
Figura 1 – Produção de moluscos comercializados por Santa Catarina: 1991-2013

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Santos e Costa (2014)

As atividades de cunho universitário logo propiciaram a formação de uma rede de agentes em nível local, como estilizado na figura 2. Na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), do governo estadual, a busca de alternativas para comunidades litorâneas, castigadas pelo declínio da pesca artesanal e o estreitamento das condições de reprodução social *in situ*, provocou interesse pelo que se fazia na UFSC em pesquisa sobre moluscos. Essa aproximação interinstitucional ensejou, por exemplo, a obtenção de formação acadêmica específica por quadros técnicos da EPAGRI junto à UFSC, representando “alcance” da comunidade via ensino. Mas essa projeção atingiu principalmente as comunidades litorâneas. O instrumento básico foi o extensionismo da EPAGRI, mobilizando as comunidades em torno da maricultura, prestando informações e assistência técnica e encaminhando questões burocráticas e administrativas, regulatórias (interagindo com instituições ligadas aos problemas ambientais) e de organização dos produtores.

Assim, problemas vivenciados localmente, como a atrofia de atividades tradicionais, gerando dificuldades sociais e econômicas que não arrefeciam e abandono das comunidades pelos contingentes mais jovens, acabaram “alcançados” por atividades de C&T realizadas na UFSC. Essa projeção deveu muito à EPAGRI, mas o diálogo direto entre a universidade e o território nunca esteve ausente.

Com efeito, as pesquisas sobre tecnologias de cultivo, escoradas nas estruturas laboratoriais, evoluíram em meio a interações diretas. A experiência dos membros das comunidades e o conhecimento profundo sobre seus ambientes de vida e trabalho nutriram a pesquisa científica e contribuíram decisivamente para o aprimoramento das práticas de cultivo. Refere-se aqui ao caráter bastante fértil, na experiência narrada, do entrelaçamento entre conhecimento científico e conhecimento tácito, tradicional, impregnado na vivência pesqueira das comunidades. Esse cruzamento de saberes, repercutindo no surgimento de novas possibilidades em termos de desenvolvimento local, só poderia acontecer sob o signo de uma interação intensa, a reboque da disseminação da nova atividade nas localidades litorâneas.



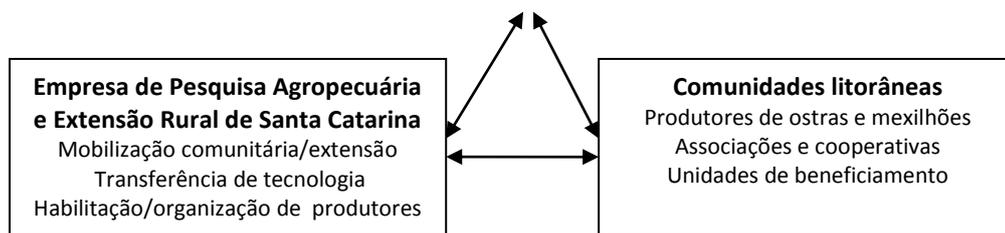


Figura 2 – Vínculos básicos na trajetória da maricultura em Santa Catarina

O relacionamento direto universidade-tecido produtivo, na experiência relatada, cercou também um dos grandes problemas enfrentados pelos maricultores. Suas dificuldades para obter sementes de moluscos mereceram especial atenção no processo, fazendo a universidade operar como principal fornecedor de larvas e sementes de ostras do Pacífico e como instância privilegiada para o aprimoramento de coletores artificiais de sementes de mexilhões. Ainda sobre o que a UFSC ofereceu diretamente às comunidades, deve-se igualmente ressaltar que a parceria canadense representou oportunidades para intercâmbios de maricultores locais e daquele país, com viagens e visitas que favoreceram e sustentaram mecanismos que podem ser designados como *learning by observing* e *learning by interacting*.

O sentido de rede, da qual a UFSC foi desde o início um esteio maior, sempre marcou presença no percurso observado. Trocas sistemáticas entre as esferas do conhecimento científico e tradicional, com fertilização recíproca entre a pesquisa científica e a realidade do cultivo nas localidades onde a EPAGRI logrou introduzir a nova prática no litoral catarinense, estão a denotar uma comunicação consideravelmente fluida entre os agentes envolvidos, com convergência das linguagens e dos interesses, um fator importante da projeção extramuros das atividades universitárias. Isso não deve fazer pensar, todavia, que essa maricultura não enfrentou (e não enfrenta) problemas. Eles existem, e são de diferentes naturezas (LINS, 2006). Mas o aspecto aqui abordado é o envolvimento da instituição universitária na promoção do desenvolvimento em escala territorial, com destaque para a problemática da gestão universitária como liturgia executada para sustentar e estimular essa participação.

Pode-se dizer que o papel da UFSC na emergência, no florescimento e na expansão da maricultura em Santa Catarina, com os reflexos registrados, é ilustrativo desse tipo de envolvimento. Cabe também postular que a gestão universitária, nesse caso, exercitada de maneira a proporcionar e favorecer, por exemplo, parcerias locais e até internacionais e vínculos como os de fornecimento de sementes de moluscos aos maricultores, revelou-se sintonizada com importantes demandas territoriais e protagonizada de modo condizente com objetivos de promoção do desenvolvimento local e regional.

Considerações finais

A universidade sempre foi um importante coadjuvante do desenvolvimento socioeconômico, cuja promoção concentra esforços há décadas, em escala nacional e no plano regional ou local, no interior dos países. O fato de disseminar conhecimento e formar pessoas, como cidadãos e profissionais, torna essa instituição merecedora desse qualificativo. Na era da globalização, quando a inovação vê aumentado o seu *status* de fator indispensável ao desenvolvimento, esse papel da universidade ganha novos contornos. Não se trata só de gerar conhecimento pelo avanço em C&T e com P&D em termos tecnológicos, mas também de garantir que os resultados obtidos no ambiente acadêmico transbordem para a sociedade.

Pensando em desenvolvimento na escala local e regional, isso quer dizer que as realizações da universidade devem “chegar” ao ambiente próximo, afetando positivamente o entorno.

Essa projeção na comunidade, que encontra ilustração nos vínculos da Universidade Federal de Santa Catarina com a maricultura desse estado, exige, contudo, uma condizente gestão universitária. Sensibilidade para problemas e interesses locais, ressoando na formação acadêmica ofertada e, sobretudo, nas pesquisas realizadas, é uma condição inescapável. Lograr comunicação com os tecidos produtivo, institucional e social externos, para transferir conhecimento, estimular inovações e, em termos amplos, participar da vida local-regional, ajudando a equacionar problemas concretos, é sintoma de uma gestão universitária afinada com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento.

Referências bibliográficas

- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- AUDRETSCH, D. B.; FELDMAN, M. R&D spillovers and the geography of innovation and production. **The American Economic Review**, v. 86, n. 3, p. 630-640, June 1996.
- BALDINI, J. P.; BORGONHONI, P. A relação universidade-empresa no Brasil: surgimento e tipologias. **Caderno de Administração**, v. 15, n. 2, p. 29-38, 2007.
- BAIR, J. Global capitalism and commodity chains: looking back, going forward. **Competition & Change**, v. 9, n. 2, p. 153-180, June 2005.
- BECCATINI, G. Le district marshallien: une notion socio-économique. In: BENKO, A.; LIPIETZ, A. (Dir.). **Les régions qui gagnent**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992, p. 35-55.
- BOISIER, S. Modernidad y territorio. **Cuadernos del ILPES**, n. 42, Santiago de Chile: ILPES, 1996.
- BRISOLLA, S.; CORDER, S.; GOMES, E.; MELLO, D. As relações universidade-empresa-governo: um estudo sobre a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). **Educação & Sociedade**, ano XVIII, n. 61, p. 187-209, dez. 1997.
- BROOKFIELD, H. **Interdependent development**. 3.ed. London: Methuen, 1981.
- DAGNINO, R. A relação universidade-empresa no Brasil e o “argumento da Hélice Tripla”. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 2, n. 2, p. 268-307, 2003.
- DINIZ, M. de F. S.; OLIVEIRA, R. S. de. Interação universidade-empresa, empreendimento inovador e desenvolvimento local: um estudo de caso da incubadora CENTEV/UFV. **Locus Científico**, v. 1, n. 1, p. 10-18, 2006.
- DOSI, G. Sources, procedures, and microeconomic effects of innovation. **Journal of Economic Literature**, v. XXVI, p. 1120-1171, Sep. 1988.
- ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university-industry-government relations. **Research Policy**, v. 29, p. 109-123, 2000.
- EUROPEAN UNION. **Connecting universities to regional growth: a practical guide**. S.l., Sep. 2011. [DG Regional Policy (European Commission)]. Obtido em: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/presenta/universities2011/universities2011_en.pdf Acesso em: 12/08/2014.
- FERREIRA, A.; LEOPOLDI, M. A. A contribuição da universidade pública para a inovação e o desenvolvimento regional: a percepção de gestores e pesquisadores. **Revista GUAL**, v. 6, n. 1, p. 60-82, jan. 2013.
- FORAY, F. The secrets of industry are in the air: industrial cooperation and the organizational dynamics of the innovative firm. **Research Policy**, v. 20, p. 393-405, 1991.

- FRIEDMANN, J. The regional policy problem. In: _____. **Regional development policy: a case study of Venezuela**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1966, p. 5-19.
- GARNICA, L. A.; FERREIRA JR., I.; FONSECA, S. A. Relações empresa-universidade: um estudo exploratório da UNESP do município de Araraquara/SP. XXV ENEGEP, Porto Alegre, 29 out. a 01 nov. 2005, **Anais...**, p. 4383-4390.
- GLASMEIER, A. K. Territory-based development policy and planning in a learning economy: the case of “real service centers” in industrial districts. **European Urban and Regional Studies**, v. 6, n. 1, p. 73-84, 1999.
- GODIN, B.; GINGRAS, Y. The place of universities in the system of knowledge production. **Research Policy**, v. 29, p. 273-278, 2000.
- HARLOE, M.; PERRY, B. Universities, localities and regional development: the emergence of the “Mode 2” university? **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 28, n. 1, p. 212-223, 2004.
- HOFF, D. N.; MARTIN, A. S. S.; SOPEÑA, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Santana do Livramento. **Redes**, v. 16, n. 3, p. 157-183, set./dez. 2011.
- JOHNSTON, R. J. The State, the region, and the division of labor. In: SCOTT, A. J.; STORPER, M. (Ed.). **Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism**. Winchester: Allen & Unwin, 1986, p. 265-280.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HUDSON, R. “The learning economy, the learning firm and the learning region”: a sympathetic critique of the limits to learning. **European Urban and Regional Studies**, v. 6, n. 1, p. 59-72, 1999.
- KAPLINSKY, R. Spreading the gains from globalization: what can be learned from value chain analysis? **IDS Working Paper 110**, Brighton: Institute of Development Studies, 2000.
- LEYDESDORFF, L.; ETZKOWITZ, H. Emergence of a Triple Helix of university-industry-government relations. **Science & Public Policy**, n. 23, p. 279-285, 1996.
- LEYDESDORFF, L.; ETZKOWITZ, H. The Triple Helix as a model for innovation studies. **Science & Public Policy**, v. 25, n. 3, p. 195-203, 1998.
- LINDQVIST, M. The role of universities in regional development. **Nordregio News Issue**, n. 2, S.p., 2012. Obtido em: <http://www.nordregio.se/en/Metameny/Nordregio-News/Issue-2012/The-Roles-of-Universities-in-Regional-Development> Acesso em: 09/08/2014.
- LINS, H. N. Sistemas agroalimentares localizados: possível “chave de leitura” sobre a maricultura em Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 44, n. 2, p. 313-330, abr./jun. 2006.
- LUNDEVALL, B. A. The university in the learning economy. **DRUID Working Paper N. 02-06**, Aalborg: Aalborg University, 2002. Obtido em: <http://www3.druid.dk/wp/20020006.pdf> Acesso em: 06/08/2014.
- LUNDEVALL, B. A.; BORRÁS, S. **The globalising learning economy: implications for innovation policy**. Brussels: European Commission, Directorate General XII – Science, Research & Development, 1997.
- MARKUSEN, A. R. Região e regionalism: um enfoque marxista. **Espaço & Debates**, n. 2, p. 61-99, 1981.
- MASKELL, P.; MALMBERG, A. Localised learning and industrial competitiveness. **Cambridge Journal of Economics**, v. 23, p. 167-185, 1999.
- MORGAN, K. The learning region: institutions, innovation and regional renewal. **Regions Studies**, v. 31, n. 5, p. 491-503, 1997.

NELSON, R. R. The co-evolution of technology, industrial structure, and supporting institutions. **Industrial and Corporate Change**, v. 3, n. 1, p. 47-63, 1994.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Moraes Editora, 1967.

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3, p. 87-102, set./dez. 2009.

SANTOS, A. A.; COSTA, S. W. **Síntese informativa da maricultura 2013**. Florianópolis: EPAGRI/CEDAP, jul. 2014. Obtido em: <http://www.epagri.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/S%C3%ADntese-informativa-da-maricultura-2013.pdf> Acesso em: 15/8/2014.

SCHUGURENSKY, D.; NAIDORF, J. Parceria universidade-empresa e mudanças na cultura acadêmica: análise comparativa dos casos da Argentina e do Canadá. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 997-1022, out. 2004. (Especial).

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SICSÚ, A. B. O papel da extensão universitária no desenvolvimento regional: considerações sobre o caso brasileiro. **Revista de Ciência e Tecnologia**, v. 1. N. 1, p. 52-67, jan./dez. 1997. Obtido em: https://docs.google.com/file/d/0B9zr_v5XGE7Halk4SF9HaDg5WW8/edit Acesso em: 12/08/2014.

STILWELL, F. J. B. Competing analyses of the spatial aspects of capitalism development. **The Review of Radical Political Economics**, v. 10, n. 3, p. 18-27, 1978.

SUTZ, J. The university-industry-government relations in Latin America. **Research Policy**, v. 29, p. 279-290, 2000.

SUZIGAN, W.; ALBUQUERQUE, E. da M. e. A interação entre universidades e empresas em perspectiva histórica: uma investigação preliminar do caso brasileiro. SEMINÁRIO SOBRE RELAÇÕES UNIVERSIDADE-EMPRESA NO SUL DO BRASIL: EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA UM SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO, Florianópolis: UFSC/FINEP/FAPESC/FAPEU. **Anais...** (CD).

SWEENEY, G. National innovation policy or a regional innovation culture. **Working Papers in European Industrial Policy**, European Network on Industrial Policy, n. 1, May1995.

VEDOVELLO C.; PUGA, F. P.; FELIX, M. Criação de infra-estruturas tecnológicas: a experiência brasileira de incubadoras de empresas. **Revista do BNDES**, v. 8, n. 16, p. 183-214, 2001.

WALLERSTEIN, I. M. O conceito de desenvolvimento nacional, 1917-1989: elegia e réquiem. In: _____. **Após o liberalismo**: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 116-129.